

**À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Pregão Eletrônico n.º 90016/2025**

A empresa **HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 36.193.120/0001-08, situada na Rua São Lourenço da Mata, Bairro Novo, Ilha de Itamaracá, Pernambuco, CEP nº 53.900-000, representada, neste ato, por seu sócio-gerente, José Humberto da Silva Júnior, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

,  
em face da decisão do Pregoeiro no âmbito do Pregão Eletrônico 90016/2025 DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, que declarou como vencedora a empresa licitante **SATURNO DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.140.323/0001-62, no tocante ao item 13 do supradito Pregão Eletrônico, pelos motivos de fato e de direito que, a seguir, passa a expor.

Termo em que pede e espera deferimento.

Recife, 04 de julho de 2025.

**HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 36.193.120/0001-08**

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**RECORRENTE:** HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
**RECORRIDO:** SATURNO DISTRIBUIDORA LTDA  
**PREGÃO:** 90016/2025

### DAS RAZÕES RECURSAIS

a. DO CABIMENTO E DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO.

A lei geral de Licitações e Contratos prever a possibilidade de impugnações, pedidos de esclarecimentos e de recursos administrativos, nos termos do capítulo II, lei nº 14.133/2021.

A legislação também disciplina a medida cabível contra os atos da Administração decorrente de lei, veja-se:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:**

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

**c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;**

(...)

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões

recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

Desta forma, resta preenchido os requisitos de cabimento e admissibilidade do presente recurso administrativo.

b.      **DA TEMPESTIVIDADE**

Consoante se deflui dos fólios do Processo Administrativo de Pregão Eletrônico depreende-se que a decisão que admitiu o a intensão de recurso foi proferida no dia 01/07/2025 (terça-feira).

A legislação aplicada, nos termos de atr. 165, inciso I, da lei 14.133/2021 estabelece o prazo de 03(três) dias úteis para apresentação das razões recursais.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

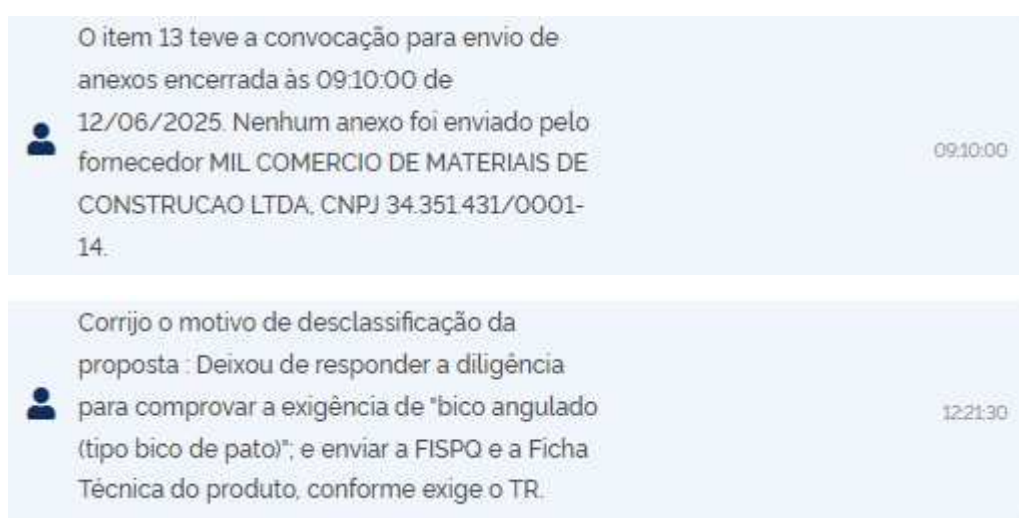
Desta feita, diante do prazo de 03 (três) úteis para interposição de Recurso Administrativo contados a partir da data subsequente a decisão que admitiu a intenção, tem-se que prazo final para interposição do presente recurso é o dia 04/07/2025 (sexta-feira). Assim, tem-se tempestivo o Recurso Administrativo interposto.

Dessa forma, diante do preenchimento dos requisitos intrínsecos, cabimento, admissibilidade e tempestividade, o recurso, ora interposto, deve ser conhecido.

1.      **DA SÍNTESE FÁTICA**

Trata-se de Pregão Eletrônico realizado pela Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte material de limpeza, higienização, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Encerrada a disputa para o item 13, e de todos os outros itens, as empresas AM DOS SANTOS LTDA, primeira colocada, e, MIL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, segunda colocada, foram desclassificadas e razão do produto ofertado não atender ao exigido no Termo de Referência do Edital. Conforme é possível verificar abaixo.



The image contains two screenshots of a procurement system interface. The top screenshot shows a message: "O item 13 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:10:00 de 12/06/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MIL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 34.351.431/0001-14." with a timestamp of 09:10:00. The bottom screenshot shows a message: "Corrijo o motivo de desclassificação da proposta : Deixou de responder a diligência para comprovar a exigência de 'bico angulado (tipo bico de pato)"; e enviar a FISPQ e a Ficha Técnica do produto, conforme exige o TR." with a timestamp of 12:21:30.

O item 13 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:10:00 de 12/06/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MIL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 34.351.431/0001-14. 09:10:00

Corrijo o motivo de desclassificação da proposta : Deixou de responder a diligência para comprovar a exigência de "bico angulado (tipo bico de pato)"; e enviar a FISPQ e a Ficha Técnica do produto, conforme exige o TR. 12:21:30

Assim, a empresa melhor classificada, terceira na ordem de classificação, foi convocada para o envio da sua proposta e dos documentos de comprovação, ficha técnica de FISPQ.

Todavia, muito embora a empresa tenha encaminhado, a documentação acostada aos autos não é hábil para possibilitar a aceitação da proposta e, posteriormente, a habilitação da licitante uma vez que o produto ofertado não possui Bico angulado (tipo bico pato) conforme exigência presente no Termo de Referência. Vejamos.

Em rápida análise da documentação enviada pela vencedora é possível rapidamente verificar que não há naquele catálogo ou na ficha técnica qualquer produto desinfetante que possua bico angulado – pico de pato.



Entretanto, conforme ficará ao longo desta peça recursal retará ainda mais evidente que o produto ofertado não está de acordo com o edital, uma vez que não possui o produto desinfetante – com bico angulado/ ou bico tipo pato.

Neste eito, deve, a proposta, ora impugnada ser desclassificada em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio da isonomia, uma vez que outras empresas melhor classificadas foram desclassificadas pelo mesmo motivo.

## **2. DO MÉRITO: DA NECESSIDADE DA REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA**

### **a. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

Os certames licitatórios, com objetivo de atender aos princípios da legalidade e impessoalidade que regem a Administração pública, vinculam todas as partes envolvidas ao instrumento de convocação e a todos os itens nele disposto, de modo que a vinculação às regras editalícias compõem um dever da Administração pública e dos licitantes.

Portanto, diante da aceitação do item, não restou outra alternativa a empresa a não ser o Recurso Administrativo diante do erro da administração ao aceitar produto divergente do solicitado em edital.

Outrossim, vale pontuar que o descritivo presente no edital é salvaguardada na garantia da equidade, qualidade e integralidade do processo de aquisição.

De certo que diante do volume das propostas serem analisadas e habilitadas devido ao grande quantitativo de itens, a ilustre Comissão acabou por incorrer em erro

no julgamento da proposta do item 13, ao aceitar e habilitar a empresa ao passo que os documentos apresentados indicam a ausência de bico de pato ou bico angulado nos produtos comercializados pela empresa neste certame, razão pela qual deve o item retornar à fase de julgamento, tendo em vista que o produto ofertado pela empresa descumpriu o termo do edital do pregão eletrônico, não preenchendo os requisitos estabelecidos no termo de referência do edital e, portanto, sua proposta deve ser recusada.

Dito isto, faz-se necessário destacarmos o descritivo do item 13 do Termo de Referência deste Pregão Eletrônico.

Desinfetante tipo limpador sanitário, acondicionado em embalagem plástica opaca com 500 ml, **com bico direcional. Bico angulado (tipo bico de pato) que favoreça aplicação do produto sob a borda do vaso sanitário.** O produto deverá constar como saneante registrado no portal da ANVISA, com prazo válido no momento de análise da proposta e durante a fase de contratação. Também o produto deverá: - possuir FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) na forma da ABNT – NBR 14725; - apresentar ficha técnica constando no rótulo o número do registro no Ministério da Saúde; o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem. Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega pelo fornecedor.

**(grifo nosso)**

As válvulas anguladas do tipo “bico de pato” representam uma inovação funcional amplamente utilizada na indústria de produtos de limpeza, especialmente em desinfetantes. Seu uso não se resume a uma questão estética ou de design, mas atende a

aspectos técnicos e sanitários fundamentais, sobretudo em ambientes onde a higiene precisa ser rigorosa, como hospitais, clínicas, cozinhas industriais e locais de grande circulação.

A principal vantagem desse tipo de válvula está na sua estrutura e funcionamento. Por possuir uma abertura estreita e flexível, que se assemelha ao bico de um pato, a válvula se mantém fechada de forma natural e só se abre mediante pressão exercida no frasco ou sistema dosador. Isso garante que o fluxo de saída do produto ocorra de maneira controlada e unidirecional, impedindo que o ar externo ou eventuais contaminantes retornem ao interior da embalagem. Trata-se, portanto, de uma medida que contribui significativamente para a manutenção da integridade do produto.

Além da segurança microbiológica, a válvula “bico de pato” também se destaca pelo aspecto funcional. Ao evitar gotejamentos e vazamentos após o uso, ela proporciona maior economia de produto, reduz desperdícios e mantém o ambiente de aplicação mais limpo. Tais fatores são especialmente relevantes quando se considera o uso contínuo desses produtos por profissionais de limpeza ou da área da saúde, que dependem de eficiência e praticidade no dia a dia.

Dessa forma, pode-se concluir que a adoção de válvulas anguladas tipo “bico de pato” nos desinfetantes é uma solução técnica que responde às necessidades de segurança, controle e praticidade exigidas em ambientes onde a limpeza e a assepsia são cruciais. Trata-se de um avanço que alia funcionalidade a um padrão elevado de qualidade no manuseio de produtos químicos.

Ademais, cabe neste recurso destacar o princípio da legalidade como pilar da Licitação e das contratações da Administração Pública do qual vincula todos os atos da Administração ao instrumento convocatório.

Neste sentido, destacamos o prejuízo causado à administração ao aceitar o fornecimento de produto diverso e em dissonância com aquele produto descrito no Termo de Referência.

**b. DA AUSÊNCIA DE ISONOMIA NA MANUTENÇÃO DA ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO DO LICITANTE.**

É preciso, mais uma vez, pontuar o equívoco na análise do item. Enquanto as duas primeiras empresas melhores classificadas foram desclassificadas por não encaminharem documentos que comprovassem a utilização de válvulas tipo angulada, pico de pato, a terceira classificada enviou documentos que demonstram inequivocadamente QUE NÃO POSSUI VÁLVULA ANGULAR – PICO DE PATO.

Os certames licitatórios, com objetivo de atender aos princípios da legalidade e impessoalidade que regem a Administração pública, vinculam todas as partes envolvidas ao instrumento de convocação e a todos os itens nele disposto. De modo que a vinculação às regras editalícias compõem como um dever não apenas da Administração pública, como também dos licitantes.

O artigo 5º da Lei 14.133/2021 estabelece que todos os procedimentos de licitação devem assegurar tratamento isonômico aos licitantes. Isso inclui garantir que todos tenham as mesmas oportunidades e condições de participação no certame. Dito isto, é dever da administração pública zelar para que todos os prazos e condições sejam rigorosamente cumpridos de forma igual e isonômica para todos os licitantes, devendo para tanto promover a revisão dos seus atos quando demonstrada a falta de isonomia entre os licitantes.

Para Dallari (1997) em sua obra “Aspectos Jurídicos da Licitação”<sup>1</sup> sustenta que o princípio da isonomia, por ser elementar ao direito administrativo e estar elencado a categoria de princípio constitucional, acabou transformando o instituto da Licitação em princípio para a Administração Pública. Nessa senda, afirma:

“O princípio da isonomia, por si só e independentemente de qualquer norma, obriga a Administração a valer-se do procedimento da licitação e ao estabelecer esta obrigatoriedade erige a

---

<sup>1</sup> - NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.



própria licitação em princípio, pois mesmo na ausência de normas específica está a Administração obrigada a utilizar-se de procedimentos licitatórios. (DALLARI, 1997, p.32 apud NIEBUHR, 2000, p. 174).”

Neste mesmo sentido faz-se necessário nos socorremos também dos ensinamentos do professor Joel de Menezes Niebuhr<sup>2</sup> acerca do princípio implícito da isonomia nas licitações públicas.

“O princípio da isonomia é o fundamento conceitual da licitação pública. Sem ela, salienta-se, pode haver qualquer coisa, inclusive licitação privada; mas, em hipótese alguma licitação pública. Aliás, se não fosse para garantir o princípio da isonomia seria desnecessária e descabida a exigência da licitação pública. Somente se explica um procedimento administrativo antecedente e condicional à celebração de um contrato administrativo, se este assegura a igualdade de todos os interessados. Caso contrário, bastaria ser feita uma pesquisa de preços, adequando-se às necessidades da Administração. **Toda a formalidade que é inerente à licitação pública, só tem sentido, se respaldar na isonomia.** (NIEBUHR, 2000, p. 73)

Verifica-se, pois, que a licitação pública tem como fundamento a indisponibilidade do interesse público, assim deve seguir conduta de imparcialidade, ou seja, isonômico. Se esse princípio não é respeitado não há o que se falar em licitação pública, quiçá, por meio de instrumento público, mas o tratamento pessoal, não equânime retiraria qualidade essencial do que se considera público e de seus princípios.

---

<sup>2</sup> - NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

Percebe-se, portanto, que ao desclassificar as duas empresas mais bem classificadas e aceitar e habilitar a terceira classificada sem que os produtos possuam a válvula angulada, bico de pato, afronta o princípio da autonomia com todos os outros licitantes participantes do processo.

Assim, a empresa SATURNO, vencedora do item 13, deve ter sua proposta desclassificada uma vez que o produto fornecido não possui válvula angular, bico de pato, conforme exigido no Termo de Referência do edital.

#### 4. DOS REQUERIMENTOS

Por fim, com lastro no bom direito ressaltado nesta peça, vem, respeitosamente, requerer que se digne Vossa Senhoria, com a experiência e acuidade que lhe são peculiares, a:

- (i) O conhecimento e admissão do presente Recurso Administrativo para que seja admitido;
- (ii) No mérito, que seja julgado PROVIDO para que a Administração Pública proceda, sob o princípio da autotutela administrativa, com a revisão de seu ato aceitação e habilitação da empresa **SATURNO DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.140.323/0001-62, desclassificando-a uma vez que não atende ao requerido no Termo de referência do item 13.
- (iii) Em caso do não provimento do presente recurso que seja encaminhado à autoridade superior;
- (iv) Por fim, requer, a deflagração do prazo para apresentação das contrarrazões ao Recurso Administrativo por parte da recorrente

Nestes termos pede-se deferimento.

Recife, 04 de julho de 2025

**HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 36.193.120/0001-08**

**À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Pregão Eletrônico n.º 90016/2025**

A empresa **HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 36.193.120/0001-08, situada na Rua São Lourenço da Mata, Bairro Novo, Ilha de Itamaracá, Pernambuco, CEP nº 53.900-000, representada, neste ato, por seu sócio-gerente, José Humberto da Silva Júnior, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

,  
em face da decisão do Pregoeiro no âmbito do Pregão Eletrônico 90016/2025 DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, que declarou como vencedora a empresa licitante **SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA SP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.140.323/0001-62, no tocante ao item 35 do supradito Pregão Eletrônico, pelos motivos de fato e de direito que, a seguir, passa a expor.

Termo em que pede e espera deferimento.

Recife, 04 de julho de 2025.

**HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 36.193.120/0001-08**

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**RECORRENTE:** HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
**RECORRIDO:** SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA SP  
**PREGÃO:** 90016/2025

### DAS RAZÕES RECURSAIS

a. DO CABIMENTO E DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO.

A lei geral de Licitações e Contratos prever a possibilidade de impugnações, pedidos de esclarecimentos e de recursos administrativos, nos termos do capítulo II, lei nº 14.133/2021.

A legislação também disciplina a medida cabível contra os atos da Administração decorrente de lei, veja-se:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:**

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

**c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;**

(...)

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

Desta forma, resta preenchido os requisitos de cabimento e admissibilidade do presente recurso administrativo.

#### b. DA TEMPESTIVIDADE

Consoante se deflui dos fólios do Processo Administrativo de Pregão Eletrônico depreende-se que a decisão que admitiu o a intensão de recurso foi proferida no dia 01/07/2025 (terça-feira).

A legislação aplicada, nos termos de atr. 165, inciso I, da lei 14.133/2021 estabelece o prazo de 03(três) dias úteis para apresentação das razões recursais.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

Desta feita, diante do prazo de 03 (três) úteis para interposição de Recurso Administrativo contados a partir da data subsequente a decisão que admitiu a intenção, tem-se que prazo final para interposição do presente recurso é o dia 04/07/2025 (sexta-feira). Assim, tem-se tempestivo o Recurso Administrativo interposto.

Dessa forma, diante do preenchimento dos requisitos intrínsecos, cabimento, admissibilidade e tempestividade, o recurso, ora interposto, deve ser conhecido.

#### 1. DA SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Pregão Eletrônico realizado pela Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte material de limpeza, higienização, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Encerrada a disputa para o item 35 a empresa mais bem classificada foi aceita e habilitada. Todavia, a proposta apresentada está em dissonância com o requerido no edital. Conforme é possível verificar abaixo.

De início faz-se necessário a leitura do descritivo do item 35:

**Detergente desincrustante removedor perfumado.**  
Acondicionado em embalagem de 5 litros. Desincrustante para remoção de **manchas e limpeza de vasos sanitários, remoção de cimento rejuntas de pisos de Porcelanato, Granito e Cerâmicas Vitrificadas. Ideal também para limpeza de Fachadas de Porcelanato, Granito e Cerâmica.** Composição: Ácido clorídrico, tensoativo não iônico, fragrância, corante e veículo. **Diluição de acordo com suidade: 1:10 incrustações por cimento; 1:100 para pó de cimento e cal.** - O produto deverá estampar no rótulo a frase “Produto notificado na Anvisa/MS” ou número do registro no Ministério da Saúde; o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem. Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega pelo fornecedor.  
**(grifo nosso)**

**Muito embora o descritivo do item 35, a empresa encaminhou ficha técnica para o produto ofertado incompatível com o produto solicitado pela administração pública.**

O edital busca adquirir um removedor desincrustante perfumado, com alto poder de limpeza para superfícies diversas. Todavia, o licitante melhor classificado

encaminhou documentação que demonstra que o produto ofertado é um detergente perfumado. Ou seja, não guarda qualquer relação com o produto no qual a administração pretende adquirir.

Para além da incompatibilidade do produto ofertado com o exigido no edital, há também incompatibilidade nas medidas de diluição requeridas pelo edital. Ao passo que o edital exige uma **Diluição de acordo com sudidade: 1:10 incrustações por cimento; 1:100 para pó de cimento e cal.**

Neste eito, deve, a proposta, ora impugnada ser desclassificada em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio da isonomia, uma vez que outras empresas melhor classificadas foram desclassificadas pelo mesmo motivo.

## **2. DO MÉRITO: DA NECESSIDADE DA REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA**

### **a. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

Os certames licitatórios, com objetivo de atender aos princípios da legalidade e impessoalidade que regem a Administração pública, vinculam todas as partes envolvidas ao instrumento de convocação e a todos os itens nele disposto, de modo que a vinculação às regras editalícias compõem um dever da Administração pública e dos licitantes.

Portanto, diante da aceitação do item, não restou outra alternativa a empresa a não ser o Recurso Administrativo diante do erro da administração ao aceitar produto divergente do solicitado em edital.

Outrossim, vale pontuar que o descritivo presente no edital é salvaguardada na garantia da equidade, qualidade e integralidade do processo de aquisição.

De certo que diante do volume das propostas serem analisadas e habilitadas devido ao grande quantitativo de itens, a ilustre Comissão acabou por incorrer em erro no julgamento da proposta do item 35, ao aceitar e habilitar a empresa, ao passo que os documentos apresentados indicam a divergência entre o produto requerido no termo de referência e o produto ofertado pelo licitante.



O edital busca adquirir desincrustante, todavia o licitante oferece detergente.

A distinção entre detergente e desincrustante é fundamental, sobretudo em ambientes que exigem níveis diferenciados de higienização. Embora ambos sejam agentes de limpeza, suas composições químicas, finalidades e modos de ação divergem de maneira significativa, o que os torna apropriados para contextos distintos

O detergente é um produto amplamente utilizado em tarefas de limpeza cotidiana. Sua principal função é remover sujidades orgânicas, como gordura, poeira e resíduos alimentares, através da ação de tensoativos que facilitam a emulsificação da sujeira. Normalmente, apresenta pH neutro ou levemente alcalino, o que o torna seguro para uso frequente em superfícies delicadas, utensílios domésticos e até mesmo na limpeza automotiva. Sua eficácia está diretamente relacionada à sua capacidade de dissolver sujeiras leves e à sua compatibilidade com diferentes tipos de materiais, sem causar danos.

Por outro lado, o desincrustante é um agente de limpeza de ação intensiva, desenvolvido **especialmente para remover incrustações minerais aderidas, como ferrugem, calcário, cimento ou resíduos de argamassa. Sua composição é baseada em ácidos fortes ou agentes desagregadores que agem quimicamente sobre os depósitos minerais, promovendo sua dissolução. Por esse motivo, seu uso é mais comum em ambientes industriais, obras civis, cozinhas industriais e locais que exigem limpeza técnica especializada.**

Em conclusão, compreender a diferença entre detergente e desincrustante não é apenas uma questão técnica, mas uma exigência prática e racional no âmbito da limpeza profissional e doméstica.

Neste ato, ante a divergência entre os produtos ofertado pela empresa, a proposta deve ser recusada, retornando o item à fase de julgamento, tendo em vista que o produto ofertado pela empresa descumpriu o termo do edital do pregão eletrônico, não preenchendo os requisitos estabelecidos no termo de referência do edital e, portanto, sua proposta deve ser recusada.

Dito isto, faz-se necessário destacarmos o descritivo do item 35 do Termo de Referência deste Pregão Eletrônico.

**Detergente desincrustante removedor perfumado.**

Acondicionado em embalagem de 5 litros. Desincrustante para remoção de manchas e limpeza de vasos sanitários, remoção de cimento rejuntas de pisos de Porcelanato, Granito e Cerâmicas Vitrificadas. Ideal também para limpeza de Fachadas de Porcelanato, Granito e Cerâmica. Composição: Ácido clorídrico, tensoativo não iônico, fragrância, corante e veículo. Diluição de acordo com sudidade: **1:10 incrustações por cimento; 1:100** para pó de cimento e cal. - O produto deverá estampar no rótulo a frase “Produto notificado na Anvisa/MS” ou número do registro no Ministério da Saúde; o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem. Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega pelo fornecedor.

(grifo nosso)

A diluição correta dos desincrustantes é um aspecto essencial que deve ser rigorosamente observado em qualquer procedimento de limpeza técnica. Trata-se de uma medida não apenas relacionada à eficiência do produto, mas, sobretudo, à preservação das superfícies tratadas e à segurança dos trabalhadores envolvidos na aplicação. Por serem compostos majoritariamente por substâncias ácidas e altamente reativas, os desincrustantes exigem um controle preciso de concentração para que não se tornem excessivamente agressivos ao ponto de causar danos irreversíveis aos pisos ou representar risco à saúde humana.

Ao observar o edital do certame é perceptível que o Termo de Referência estabelece o padrão de diluição a que pretende adquirir a administração pública. Vejamos:

“Diluição de acordo com sudidade: **1:10 incrustações por cimento; 1:100** para pó de cimento e cal.”

Todavia, a ficha técnica do produto ofertado apresenta um padrão de diluição incompatível com o exigido no edital.

<b>Aplicação:</b> <b>Limpeza pesada:</b> aplicar um pouco do produto puro e aplicar na superfície com auxílio de rodo e pano úmido. <b>Limpeza Geral:</b> diluir cerca de 100ml em 3 litros de água. Umedeça o pano e aplique sobre as superfícies a serem limpas <b>Finalidade:</b> Limpar e perfumar superfícies e o ambiente.
---

Evidente que o produto ofertado não atende ao produto requerido no termo de referência.

Ademais, cabe neste recurso destacar o princípio da legalidade como pilar da Licitação e das contratações da Administração Pública do qual vincula todos os atos da Administração ao instrumento convocatório.

Neste sentido, destacamos o prejuízo causado à administração ao aceitar o fornecimento de produto diverso e em dissonância com aquele produto descrito no Termo de Referência.

Os certames licitatórios, com objetivo de atender aos princípios da legalidade e impessoalidade que regem a Administração pública, vinculam todas as partes envolvidas ao instrumento de convocação e a todos os itens nele disposto. De modo que a vinculação às regras editalícias compõem como um dever não apenas da Administração pública, como também dos licitantes.

O artigo 5º da Lei 14.133/2021 estabelece que todos os procedimentos de licitação devem assegurar tratamento isonômico aos licitantes. Isso inclui garantir que

todos tenham as mesmas oportunidades e condições de participação no certame. Dito isto, é dever da administração pública zelar para que todos os prazos e condições sejam rigorosamente cumpridos de forma igual e isonômica para todos os licitantes, devendo para tanto promover a revisão dos seus atos quando demonstrada a falta de isonomia entre os licitantes.

Para Dallari (1997) em sua obra “Aspectos Jurídicos da Licitação”<sup>1</sup> sustenta que o princípio da isonomia, por ser elementar ao direito administrativo e estar elencado a categoria de princípio constitucional, acabou transformando o instituto da Licitação em princípio para a Administração Pública. Nessa senda, afirma:

“O princípio da isonomia, por si só e independentemente de qualquer norma, obriga a Administração a valer-se do procedimento da licitação e ao estabelecer esta obrigatoriedade erige a própria licitação em princípio, pois mesmo na ausência de normas específica está a Administração obrigada a utilizar-se de procedimentos licitatórios. (DALLARI, 1997, p.32 apud NIEBUHR, 2000, p. 174).”

Neste mesmo sentido faz-se necessário nos socorremos também dos ensinamentos do professor Joel de Menezes Niebuhr<sup>2</sup> acerca do princípio implícito da isonomia nas licitações públicas.

“O princípio da isonomia é o fundamento conceitual da licitação pública. Sem ela, salienta-se, pode haver qualquer coisa, inclusive licitação privada; mas, em hipótese alguma licitação pública. Aliás, se não fosse para garantir o princípio da isonomia seria desnecessária e descabida a exigência da licitação pública. Somente se explica um procedimento

---

<sup>1</sup> - NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

<sup>2</sup> - NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

administrativo antecedente e condicional à celebração de um contrato administrativo, se este assegura a igualdade de todos os interessados. Caso contrário, bastaria ser feita uma pesquisa de preços, adequando-se às necessidades da Administração. **Toda a formalidade que é inerente à licitação pública, só tem sentido, se respaldar na isonomia.** (NIEBUHR, 2000, p. 73)

Verifica-se, pois, que a licitação pública tem como fundamento a indisponibilidade do interesse público, assim deve seguir conduta de imparcialidade, ou seja, isonômico. Se esse princípio não é respeitado não há o que se falar em licitação pública, quiçá, por meio de instrumento público, mas o tratamento pessoal, não equânime retiraria qualidade essencial do que se considera público e de seus princípios.

Assim, a empresa SUARES, vencedora do item 35, deve ter sua proposta desclassificada uma vez que o produto fornecido não está de acordo com as exigências constantes no Termo de referência do edital.

#### **4. DOS REQUERIMENTOS**

Por fim, com lastro no bom direito ressaltado nesta peça, vem, respeitosamente, requerer que se digne Vossa Senhoria, com a experiência e acuidade que lhe são peculiares, a:

- (i) O conhecimento e admissão do presente Recurso Administrativo para que seja admitido;
- (ii) No mérito, que seja julgado PROVIDO para que a Administração Pública proceda, sob o princípio da autotutela administrativa, com a revisão de seu ato aceitação e habilitação da empresa **SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA SP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº

29.140.323/0001-62, desclassificando-a uma vez que não atende ao requerido no Termo de referência do item 35.

- (iii) Em caso do não provimento do presente recurso que seja encaminhado à autoridade superior;
- (iv) Por fim, requer, a deflagração do prazo para apresentação das contrarrazões ao Recurso Administrativo por parte da recorrente

Nestes termos pede-se deferimento.

Recife, 04 de julho de 2025

**HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**  
**CNPJ: 36.193.120/0001-08**

**À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Pregão Eletrônico n.º 90016/2025**

A empresa **HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 36.193.120/0001-08, situada na Rua São Lourenço da Mata, Bairro Novo, Ilha de Itamaracá, Pernambuco, CEP nº 53.900-000, representada, neste ato, por seu sócio-gerente, José Humberto da Silva Júnior, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

,  
em face da decisão do Pregoeiro no âmbito do Pregão Eletrônico 90016/2025 DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, que declarou como vencedora a empresa licitante **WBNJ LICITARN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.455.634/0001-41, no tocante ao item 35 do supradito Pregão Eletrônico, pelos motivos de fato e de direito que, a seguir, passa a expor.

Termo em que pede e espera deferimento.

Recife, 04 de julho de 2025.

**HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 36.193.120/0001-08**

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**RECORRENTE:** HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
**RECORRIDO:** WBNJ LICITARN LTDA  
**PREGÃO:** 90016/2025

### DAS RAZÕES RECURSAIS

a. DO CABIMENTO E DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO.

A lei geral de Licitações e Contratos prever a possibilidade de impugnações, pedidos de esclarecimentos e de recursos administrativos, nos termos do capítulo II, lei nº 14.133/2021.

A legislação também disciplina a medida cabível contra os atos da Administração decorrente de lei, veja-se:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:**

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

**c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;**

(...)

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões



recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

Desta forma, resta preenchido os requisitos de cabimento e admissibilidade do presente recurso administrativo.

b.      **DA TEMPESTIVIDADE**

Consoante se deflui dos fólios do Processo Administrativo de Pregão Eletrônico depreende-se que a decisão que admitiu o a intensão de recurso foi proferida no dia 01/07/2025 (terça-feira).

A legislação aplicada, nos termos de atr. 165, inciso I, da lei 14.133/2021 estabelece o prazo de 03(três) dias úteis para apresentação das razões recursais.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

Desta feita, diante do prazo de 03 (três) úteis para interposição de Recurso Administrativo contados a partir da data subsequente a decisão que admitiu a intenção, tem-se que prazo final para interposição do presente recurso é o dia 04/07/2025 (sexta-feira). Assim, tem-se tempestivo o Recurso Administrativo interposto.

Dessa forma, diante do preenchimento dos requisitos intrínsecos, cabimento, admissibilidade e tempestividade, o recurso, ora interposto, deve ser conhecido.

1.      **DA SÍNTESE FÁTICA**

Trata-se de Pregão Eletrônico realizado pela Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte material de limpeza, higienização, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Encerrada a disputa para o item 36 a empresa mais bem classificada foi aceita e habilitada. Todavia, a proposta apresentada está em dissonância com o requerido no edital. Conforme é possível verificar abaixo.

De início faz-se necessário a leitura do descritivo do item 35:

Essência líquida concentrada de Ambientes. Acondicionada em embalagem plástica de 120 ml. Limposolúvel, com **Rendimento de 8 gotas para 1 litro**. Pode ser usado em qualquer ambiente. Aroma: Bambu ou lavanda. Frasco com 120 ml. O produto deverá estampar no rótulo a frase “Produto notificado na Anvisa/MS” ou número do registro no Ministério da Saúde; o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem. - Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega pelo fornecedor.  
**(grifo nosso)**

Muito embora o descritivo do item 36, a empresa encaminhou ficha técnica para o produto ofertado incompatível com o produto solicitado pela administração pública, haja vista que a Ficha Técnica do produto não informa a proporção de diluição do produto compatível com o exigido no Termo de Referência.

Para além da incompatibilidade do produto ofertado com o exigido no edital, há também incompatibilidade nas medidas de diluição requeridas pelo edital. Ao passo que o edital exige uma **Diluição/Rendimento de 8 gotas para 1 litro**.

Neste eito, deve a proposta, ora impugnada, ser desclassificada em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio da isonomia, uma vez que outras empresas melhor classificadas foram desclassificadas pelo mesmo motivo.

## **2. DO MÉRITO: DA NECESSIDADE DA REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA**

### **a. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

Os certames licitatórios, com objetivo de atender aos princípios da legalidade e impessoalidade que regem a Administração pública, vinculam todas as partes envolvidas ao instrumento de convocação e a todos os itens nele disposto, de modo que a vinculação às regras editalícias compõem um dever da Administração pública e dos licitantes.

Portanto, diante da aceitação do item, não restou outra alternativa a empresa a não ser o Recurso Administrativo diante do erro da administração ao aceitar produto divergente do solicitado em edital.

Outrossim, vale pontuar que o descritivo presente no edital é salvaguardada na garantia da equidade, qualidade e integralidade do processo de aquisição.

De certo que diante do volume das propostas serem analisadas e habilitadas devido ao grande quantitativo de itens, a ilustre Comissão acabou por incorrer em erro no julgamento da proposta do item 36, ao aceitar e habilitar a empresa, ao passo que os documentos apresentados indicam a divergência entre o produto requerido no termo de referência e o produto ofertado pelo licitante.

O edital busca adquirir Essência aromática concentrada, com a proporção de diluição de 8 gotas por litro, todavia, a Ficha Técnica apresentada pelo licitante sequer informa percentual de diluição do produto.

A diluição correta das essências aromáticas concentradas é um fator determinante para a eficácia, a segurança e a harmonia olfativa dos ambientes onde são aplicadas. Embora pareça uma tarefa simples, a adição dessas fragrâncias exige atenção a padrões específicos de uso, principalmente quando se trata de produtos concentrados.

Um dos padrões mais utilizados e recomendados é a diluição de **8 gotas por litro de água**, proporção que garante equilíbrio entre a intensidade do aroma e a suavidade necessária para não causar desconfortos.

As essências concentradas possuem alta carga aromática e foram desenvolvidas para render grandes volumes quando diluídas adequadamente. O uso sem diluição ou em concentrações acima do recomendado pode gerar efeitos indesejados, como aromas enjoativos, irritações nas vias respiratórias e até reações alérgicas em pessoas mais sensíveis. Além disso, a aplicação excessiva pode comprometer a experiência olfativa no ambiente, criando um cheiro artificial e invasivo, contrário ao propósito de proporcionar bem-estar.

Manter o padrão de 8 gotas por litro não é apenas uma sugestão prática, mas uma diretriz técnica que respeita o equilíbrio entre eficácia sensorial e segurança de uso. Essa proporção permite que o aroma se espalhe de forma agradável e duradoura, sem saturar o espaço. Em locais fechados, como escritórios, clínicas, lojas e residências, essa medida proporciona um ambiente acolhedor e profissional, promovendo conforto tanto para usuários quanto para visitantes.

Além disso, a diluição correta evita o desperdício de produto. O uso excessivo de essência não traz benefício proporcional em intensidade ou duração e, ao contrário, representa um custo desnecessário. A adoção consciente do padrão de 8 gotas por litro contribui para a sustentabilidade econômica e ambiental, otimizando o consumo e reduzindo o impacto de resíduos aromáticos no meio ambiente.

Em síntese, seguir o padrão de diluição das essências aromáticas concentradas não é apenas uma questão de rendimento, mas um compromisso com a qualidade sensorial, a saúde dos ocupantes e a coerência olfativa do ambiente.

Dito isto, faz-se necessário destacarmos o descritivo do item 35 do Termo de Referência deste Pregão Eletrônico.

Essência líquida concentrada de Ambientes. Acondicionada em embalagem plástica de 120 ml. Limposolúvel, com **Rendimento de 8 gotas para 1 litro**. Pode ser usado em qualquer ambiente.

Aroma: Bambu ou lavanda. Frasco com 120 ml. O produto deverá estampar no rótulo a frase “Produto notificado na Anvisa/MS” ou número do registro no Ministério da Saúde; o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem. - Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega pelo fornecedor.

**(grifo nosso)**

A diluição correta dos desincrustantes é um aspecto essencial que deve ser rigorosamente observado em qualquer procedimento de limpeza técnica. Trata-se de uma medida não apenas relacionada à eficiência do produto, mas, sobretudo, à preservação das superfícies tratadas e à segurança dos trabalhadores envolvidos na aplicação. Por serem compostos majoritariamente por substâncias ácidas e altamente reativas, os desincrustantes exigem um controle preciso de concentração para que não se tornem excessivamente agressivos ao ponto de causar danos irreversíveis aos pisos ou representar risco à saúde humana.

Ao observar o edital do certame é perceptível que o Termo de Referência estabelece o padrão de diluição a que pretende adquirir a administração pública qual seja: 8 gotas por litro.

Todavia, a ficha técnica do produto ofertado não apresenta qualquer índice de diluição do produto e, portanto, incompatível com o exigido no edital.

Evidente que o produto ofertado não atende ao produto requerido no termo de referência.

Ademais, cabe neste recurso destacar o princípio da legalidade como pilar da Licitação e das contratações da Administração Pública do qual vincula todos os atos da Administração ao instrumento convocatório.

Neste sentido, destacamos o prejuízo causado à administração ao aceitar o fornecimento de produto diverso e em dissonância com aquele produto descrito no Termo de Referência.

Os certames licitatórios, com objetivo de atender aos princípios da legalidade e impessoalidade que regem a Administração pública, vinculam todas as partes envolvidas ao instrumento de convocação e a todos os itens nele disposto. De modo que a vinculação às regras editalícias compõem como um dever não apenas da Administração pública, como também dos licitantes.

O artigo 5º da Lei 14.133/2021 estabelece que todos os procedimentos de licitação devem assegurar tratamento isonômico aos licitantes. Isso inclui garantir que todos tenham as mesmas oportunidades e condições de participação no certame. Dito isto, é dever da administração pública zelar para que todos os prazos e condições sejam rigorosamente cumpridos de forma igual e isonômica para todos os licitantes, devendo para tanto promover a revisão dos seus atos quando demonstrada a falta de isonomia entre os licitantes.

Para Dallari (1997) em sua obra “Aspectos Jurídicos da Licitação”<sup>1</sup> sustenta que o princípio da isonomia, por ser elementar ao direito administrativo e estar elencado a categoria de princípio constitucional, acabou transformando o instituto da Licitação em princípio para a Administração Pública. Nessa senda, afirma:

“O princípio da isonomia, por si só e independentemente de qualquer norma, obriga a Administração a valer-se do procedimento da licitação e ao estabelecer esta obrigatoriedade erige a própria licitação em princípio, pois mesmo na ausência de normas específica está a Administração obrigada a utilizar-se de procedimentos

---

<sup>1</sup> - NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

licitatórios. (DALLARI, 1997, p.32 apud NIEBUHR, 2000, p. 174).”

Neste mesmo sentido faz-se necessário nos socorremos também dos ensinamentos do professor Joel de Menezes Niebuhr<sup>2</sup> acerca do princípio implícito da isonomia nas licitações públicas.

“O princípio da isonomia é o fundamento conceitual da licitação pública. Sem ela, salienta-se, pode haver qualquer coisa, inclusive licitação privada; mas, em hipótese alguma licitação pública. Aliás, se não fosse para garantir o princípio da isonomia seria desnecessária e descabida a exigência da licitação pública. Somente se explica um procedimento administrativo antecedente e condicional à celebração de um contrato administrativo, se este assegura a igualdade de todos os interessados. Caso contrário, bastaria ser feita uma pesquisa de preços, adequando-se às necessidades da Administração. **Toda a formalidade que é inerente à licitação pública, só tem sentido, se respaldar na isonomia.** (NIEBUHR, 2000, p. 73)

Verifica-se, pois, que a licitação pública tem como fundamento a indisponibilidade do interesse público, assim deve seguir conduta de imparcialidade, ou seja, isonômico. Se esse princípio não é respeitado não há o que se falar em licitação pública, quiçá, por meio de instrumento público, mas o tratamento pessoal, não equânime retiraria qualidade essencial do que se considera público e de seus princípios.

Assim, a empresa SUARES, vencedora do item 35, deve ter sua proposta desclassificada uma vez que o produto fornecido não está de acordo com as exigências constantes no Termo de referência do edital.

---

<sup>2</sup> - NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

#### 4. DOS REQUERIMENTOS

Por fim, com lastro no bom direito ressaltado nesta peça, vem, respeitosamente, requerer que se digne Vossa Senhoria, com a experiência e acuidade que lhe são peculiares, a:

- (i) O conhecimento e admissão do presente Recurso Administrativo para que seja admitido;
- (ii) No mérito, que seja julgado PROVIDO para que a Administração Pública proceda, sob o princípio da autotutela administrativa, com a revisão de seu ato aceitação e habilitação da empresa **WBNJ LICITARN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.455.634/0001-41, desclassificando-a uma vez que não atende ao requerido no Termo de referência do item 36.
- (iii) Em caso do não provimento do presente recurso que seja encaminhado à autoridade superior;
- (iv) Por fim, requer, a deflagração do prazo para apresentação das contrarrazões ao Recurso Administrativo por parte da recorrente

Nestes termos pede-se deferimento.

Recife, 04 de julho de 2025

**HMGK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 36.193.120/0001-08**